



Ata nº 029 da Sessão Ordinária nº 029, de
06 de maio de 2014.

Às nove horas do dia seis de maio de dois mil e quatorze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência da Conselheira **MARA LÚCIA**, presentes os Conselheiros **ALOÍSIO CHAVES**, **DANIEL LAVAREDA**, **CEZAR COLARES**, **ANTÔNIO JOSÉ** e **SÉRGIO LEÃO** ausência justificada do Conselheiro, **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**; presença da Procuradora do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **MARIA INEZ GUEIROS**, reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. Convocados os Auditores, **SÉRGIO DANTAS** e **MARCIA COSTA**, para apresentarem proposta de Decisão, nos termos do inciso II do artigo 72 do RI/TCM. A seguir, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "*havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*". Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos. **Processo nº 490012007-00; Prefeitura Municipal de Muaná; Prestação de Contas – Exercício 2007; Responsável: Raimundo Martins Cunha; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda - Retirado de Pauta na Sessão Plenária do dia 15.04.2014; Publicado no DOE nº 32.632, de 30.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Muaná, que sejam reprovadas as contas do Governo Municipal, exercício 2007, de responsabilidade do Sr. Raimundo Martins Cunha, que deverá recolher, no prazo de 30 (trinta) dias, o seguinte: I – Aos Cofres Municipais: 1.1 – R\$ 64.800,00 (sessenta e quatro mil e oitocentos reais), a título de multa equivalente a 30% (trinta por cento) dos vencimentos anuais legalmente estipulados ao Ordenador, com base no art. 5º, § 1º, da Lei nº 10.028/2000, pela remessa intempestiva dos Relatórios de Gestão Fiscal. Vale observar que referida multa foi aplicada com base nos valores legalmente estipulados, devido a ausência de informação sobre os valores efetivamente recebidos pelo prefeito de Muaná no decorrer do exercício 2007. II - Ao FUMREAP: 2.1 - R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de multa, com base no art. 284, IV do Regimento Interno deste Tribunal, pela remessa intempestiva da prestação de contas quadrimestral, balanço geral e relatórios resumidos de execução orçamentária; 2.2- R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a título de multa, com base no art. 57, I "b" da Lei Complementar Estadual nº 084/2012, pelas contas irregulares em função de graves infrações à norma legal, referentes a ausência de folha de pagamento dos gestores, despesas sem licitação, descumprimento do art. 212 da Constituição Federal, artigo 60, XII e 77, III do ADCT, assim como contribuições de segurados não recolhidas ao Instituto de Previdência Municipal. 2.3 - R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de multa, com base no art. 57, III, "b" da Lei Complementar Estadual nº 084/2012, pelas seguintes impropriedades: lançamento de conta receita a comprovar; não remessa da relação de bens moveis e imóveis adquiridos no exercício, e contribuições retidas dos servidores, e não repassadas ao INSS. Cópia dos autos deve ser encaminhada ao Ministério Público Estadual*". **Em votação:** o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro



Antonio José e o Conselheiro Sérgio Leão acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Muaná, que sejam reprovadas as contas do Governo Municipal, exercício 2007, de responsabilidade do Sr. Raimundo Martins Cunha, que deverá recolher, no prazo de 30 (trinta) dias, o seguinte: I – Aos Cofres Municipais: 1.1 – R\$ 64.800,00 (sessenta e quatro mil e oitocentos reais), a título de multa equivalente a 30% (trinta por cento) dos vencimentos anuais legalmente estipulados ao Ordenador, com base no art. 5º, § 1º, da Lei nº 10.028/2000, pela remessa intempestiva dos Relatórios de Gestão Fiscal. Vale observar que referida multa foi aplicada com base nos valores legalmente estipulados, devido a ausência de informação sobre os valores efetivamente recebidos pelo prefeito de Muaná no decorrer do exercício 2007, cópia dos autos deve ser encaminhada ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** II – multa ao FUMREAP: 2.1 - R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), pela remessa intempestiva da prestação de contas quadrimestral, balanço geral e relatórios resumidos de execução orçamentária; 2.2- R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), pelas contas irregulares em função de graves infrações à norma legal, referentes a ausência de folha de pagamento dos gestores, despesas sem licitação, descumprimento do art. 212 da Constituição Federal, artigo 60, XII e 77, III do ADCT, assim como contribuições de segurados não recolhidas ao Instituto de Previdência Municipal. 2.3 - R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), pelas seguintes impropriedades: lançamento de conta receita a comprovar; não remessa da relação de bens moveis e imóveis adquiridos no exercício, e contribuições retidas dos servidores, e não repassadas ao INSS. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. **Processo nº 670012010-00; Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Arari; Prestação de Contas de Governo – 2010; Responsável: Marcelo José Beltrão Pamplona; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.632, de 30.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Santa Cruz do Arari a não aprovação das contas de Governo da Prefeitura Municipal, exercício financeiro de 2010, de responsabilidade de Marcelo José Beltrão Pamplona, face a abertura de créditos adicionais suplementares acima do limite autorizado na Lei Orçamentaria, devendo o Ordenador recolher ao FUMREAP/TCM as seguintes multas: - R\$ 3.000,00 (três mil reais), pelo não encaminhamento no prazo legal dos instrumentos de créditos orçamentários abertos no exercício, nos termos do art. 284, do RI/TCM/ Pa; - R\$ 3.000,00 (três mil reais), pela a abertura de créditos adicionais suplementares acima do limite autorizado na Lei Orçamentaria, com fundamento do art. 282, I-b, do RI/TCM/Pa; com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 670012010-00; Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Arari; Prestação de Contas de Gestão – 2010; Responsável: Marcelo José Beltrão Pamplona; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Conselheiro Cezar Colares;**



Publicado no DOE nº 32.632, de 30.04.2014. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas de Gestão da Prefeitura Municipal de Concórdia do Pará, exercício financeiro de 2009, de responsabilidade de Elias Guimarães Santiago, face a ausência de processos licitatórios, e irregularidades em processos licitatórios apontados no relatório técnico, devendo o ordenador recolher as seguintes multas: - Aos Cofres Municipais: - R\$ 3.000,00 (três mil reais), pela remessa intempestiva do RGF do 2º semestre, infringindo o artigo 5º, Inciso I, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 10.028/2000; - Ao FUMREAP: - R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), pela remessa intempestiva da LDO, da prestação de contas do 2º e 3º quadrimestres e do RREO do 6º bimestre2, nos termos do art. 284, II, III e IV, do RI/TCM/Pa; - R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), sobre as despesas de R\$ 654.062,12 (seiscentos e cinquenta e quatro mil, sessenta e dois reais e doze centavos) não licitadas, com base no art. 57 da LC nº 084/2012. Encaminhe-se cópia dos autos ao Ministério Público Estadual

Processo nº 530012001-00; Prefeitura Municipal de Oriximiná; Prestação de Contas – Exercício 2001; Responsável: Luiz Gonzaga Viana Filho; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Conselheiro Antônio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.632, de 30.04.2014. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio favorável a aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Oriximiná, a aprovação, com ressalva, das contas do Executivo, exercício de 2001, de responsabilidade de Luiz Gonzaga Viana Filho, que deverá recolher aos cofres do município, no prazo de quinze (15) dias, multa no valor de R\$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais), pela remessa intempestiva dos Relatórios de Gestão Fiscal, do 1º ao 3º quadrimestres, na forma do art. 5º, I, § 1º da Lei nº 10.028/2000. **Em seguida, houve a inversão de pauta, com o julgamento do processo de nº 6: Processo nº 10022010-00; Câmara Municipal De Abaetetuba; Prestação de Contas – Exercício 2010; Responsável: Fernandes de Oliveira Anselmo; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; Publicado no DOE nº 32.632, de 30.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação da Prestação de Contas da Câmara Municipal de Abaetetuba, exercício financeiro de 2010, por estarem irregulares, nos termos do Inciso III, “c” e “d”, da Lei Complementar 84/2012, devendo o Sr. Fernandes Oliveira Anselmo recolher, no prazo de 30 dias, as seguintes importâncias: Aos Cofres Municipais, o montante de R\$ 1.064,74 (um mil, sessenta e quatro reais e setenta e quatro centavos), devidamente atualizado, relativo ao Lançamento da Conta “Agente Ordenador”; Ao FUMREAP, a título de multa, com fundamento no art. 57, I “b”, da Lei



Complementar nº 84/2012: - R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pelo descumprimento do Artigo 50, Inciso II da Lei Complementar nº101/2000; - R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pelo não envio dos Processos Licitatórios para embasar a realização das despesas relacionadas à folha 69 dos autos. - R\$ 1.000,00 (hum mil reais) pelo não encaminhamento dos Contratos de Admissão Temporária para registro no total de R\$ 109.759,61 (cento e nove mil, setecentos e cinquenta e nove reais e sessenta e um centavos); com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 90022002-00; Câmara Municipal de Augusto Corrêa;** Prestação de Contas – Exercício 2002; Responsável: Raimundo Reginaldo Santana; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora - Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 32.632, de 30.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da Prestação de Contas da Câmara Municipal de Augusto Corrêa, exercício financeiro de 2002, de responsabilidade de Raimundo Reginaldo Santana, em favor de quem deve ser expedido o competente Alvará de Quitação no valor de R\$ - 356.455,17 (trezentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e dezessete centavos), pelas despesas ordenadas. **Processo nº 1440022009-00; Câmara Municipal de Tracuateua;** Prestação de Contas – Exercício 2009; Responsável: Augusto Carlos Silva do Nascimento; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 32.632, de 30.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação com ressalvas, da Prestação de Contas da Câmara Municipal de Tracuateua, exercício financeiro de 2009, de responsabilidade do Sr. Augusto Carlos S. do Nascimento, em favor de quem deve ser expedido o Alvará de Quitação no valor de R\$ - 997.948,23 (novecentos e noventa e sete mil, novecentos e quarenta e oito reais e vinte e três centavos), pelas despesas ordenadas, somente após a comprovação do recolhimento, aos Cofres Públicos Municipais, no prazo de 30 dias, à título de multa, fundamentada no art. 5º, I, da Lei 10.028/2000, da quantia de R\$ 2.196,00 (dois mil, cento e noventa e seis reais), que corresponde a 5% da remuneração anual do referido gestor, pela remessa extemporânea do Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre. **Processo nº 890022008-00; Câmara Municipal de Bom Jesus do Tocantins ;** Prestação de Contas – Exercício 2008; Responsável: Edilaine Buss Dias; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Auditor Convocado Sérgio Dantas, Redistribuído Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 32.632, de 30.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor convocado apresentou sua **proposta de Decisão:** “*não aprovação das contas da Câmara Municipal de Bom Jesus do Tocantins, exercício de 2008, de responsabilidade da Sra. Edirlaine Buss Dias, devendo a mesma recolher as seguintes*



importâncias, corrigidas monetariamente: Aos Cofres Públicos: R\$-371.913,51 (trezentos e setenta e um mil, novecentos e treze reais e cinquenta e um centavos) referente aos recursos recebidos e não prestado contas, referente ao 3º quadrimestre; R\$-60.650,00 (seiscentos e sessenta e cinco reais) referente às diárias pagas a Vereadores acima da média dos subsídios mensais e sem a comprovação por Portarias; R\$-4.950,00 (quatro mil, novecentos e cinquenta reais), referente a diárias pagas sem amparo legal a prestador serviço. Ao FUMREAP: R\$ - 15.000,00 (quinze mil reais) com fulcro no artº 282, III, "a" do RI/TCM, face a não prestação de contas do 3º quadrimestre; R\$-1.000,00 (hum mil reais) com fulcro no artº 282, I, "b" do RI/TCM, face o descumprimento do artº 50, II da LRF; R\$-1.000,00 (hum mil reais) com base na Lei Federal nº 10.028/00 face a remessa do RGF do 2º quadrimestre fora do prazo legal e, R\$-1.000,00 (hum mil reais) com base no artº 282, III, "a" do RI/TCM, face a não remessa dos contratos temporários de pessoal; com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual". **Em votação:** o Conselheiro Sérgio Leão ratificou a proposta de decisão. O Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Cezar Colares e o Conselheiro Antonio José acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas da Câmara Municipal de Bom Jesus do Tocantins, exercício de 2008, de responsabilidade da Sra. Edirlaine Buss Dias, devendo a mesma recolher as seguintes importâncias, corrigidas monetariamente: Aos Cofres Públicos: R\$-371.913,51 (trezentos e setenta e um mil, novecentos e treze reais e cinquenta e um centavos) referente aos recursos recebidos e não prestado contas, referente ao 3º quadrimestre; R\$-60.650,00 (seiscentos e sessenta e cinco reais) referente às diárias pagas a Vereadores acima da média dos subsídios mensais e sem a comprovação por Portarias; R\$-4.950,00 (quatro mil, novecentos e cinquenta reais), referente a diárias pagas sem amparo legal a prestador serviço; com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** ao FUMREAP: R\$ - 15.000,00 (quinze mil reais) face a não prestação de contas do 3º quadrimestre; R\$-1.000,00 (hum mil reais), face o descumprimento do artº 50, II da LRF; R\$-1.000,00 (hum mil reais) com base na Lei Federal nº 10.028/00 face a remessa do RGF do 2º quadrimestre fora do prazo legal e, R\$-1.000,00 (hum mil reais) com base no artº 282, III, "a" do RI/TCM, face a não remessa dos contratos temporários de pessoal. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. **Processo nº 882712005-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Concórdia do Pará;** Prestação de Contas – Exercício 2005, Contas Anuais de Gestão; Responsável: Franciane da Silva Alves; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 32.632, de 30.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** "pela aprovação, com ressalvas, da prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Concórdia do Pará, exercício de 2005, de responsabilidade da Sra. Franciane da Silva Alves, a qual deverá providenciar no prazo de 30 dias, junto ao FUMREAP, os seguintes recolhimentos: - Com base no art. 284, I, do Regimento Interno deste Tribunal, o valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), em razão do atraso no envio das prestações de contas do 1º, 2º e 3º quadrimestres. Após o recolhimento das importâncias acima descritas, deve ser emitido o competente Alvará de Quitação em nome da Ordenadora Sra. Franciane da Silva Alves, na monta de R\$ 592.167,43 (quinhentos e noventa e dois mil cento e sessenta e



201 *sete reais e quarenta e três centavos)*”. **Em votação:** o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Cezar
202 Colares, o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro Sérgio Leão acompanharam o Relator, na
203 íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A
204 Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com
205 ressalvas, da prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Concórdia do Pará,
206 exercício de 2005, de responsabilidade da Sra. Franciane da Silva Alves, **por maioria:** a qual deverá
207 providenciar no prazo de 30 dias, junto ao FUMREAP, os seguintes recolhimentos: - Com base no art.
208 284, I, do Regimento Interno deste Tribunal, o valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), em razão do
209 atraso no envio das prestações de contas do 1º, 2º e 3º quadrimestres. Após o recolhimento das
210 importâncias acima descritas, deve ser emitido o competente Alvará de Quitação em nome da
211 Ordenadora Sra. Franciane da Silva Alves, na monta de R\$ 592.167,43 (quinhentos e noventa e dois
212 mil cento e sessenta e sete reais e quarenta e três centavos). Vencida a Conselheira Mara Lúcia
213 quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. **Processo nº 882702005-00; Fundo Municipal de**
214 **Saúde de Concórdia do Pará;** Prestação de Contas – Exercício 2005, Contas Anuais de Gestão;
215 Responsável: Luiz Hermínio da Silva Filho (01.01 a 19.10.2005) e Alfonso Luiz Batista (20.10 a
216 31.12.2005); Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros;
217 Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 32.632, de 30.04.2014.** Cumprindo
218 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se
219 pela regularidade das contas dos Sr. Luiz Hermínio da Silva Filho (01/01 a 19/10/2005) sem prejuízo
220 da aplicação de multa pelos atrasos legais e pela irregularidade das contas do Sr. Alfonço Luiz
221 Batista (20/10 a 31/12/2005), em face da permanência das falhas apontadas, sem prejuízo da
222 aplicação de multas pelos descumprimentos de dispositivos legais. A matéria foi colocada **em**
223 **discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** “*pela aprovação, com ressalvas, da prestação de*
224 *contas do Fundo Municipal de Saúde de Concórdia do Pará, exercício de 2005, de responsabilidade do Sr. Luiz*
225 *Hermínio da Silva Filho e pela não aprovação das contas de responsabilidade do Sr. Alfonço Luiz Batista, cópia*
226 *dos autos ao Ministério Público Estadual relativamente ao Ordenador Sr. Alfonço Luiz Batista para as*
227 *providências cabíveis, caso não haja o recolhimento da conta "Agente Ordenador" no prazo legal. Deverão*
228 *providenciar no prazo de 30 dias, os seguintes recolhimentos: - ao Erário Municipal sob a responsabilidade do*
229 *Sr. Alfonço Luiz Batista da conta "Agente Ordenador" no montante de R\$ 6.577,07 (seis mil quinhentos e*
230 *setenta e sete reais e sete centavos), devidamente corrigido; E ao FUMREAP sob a responsabilidade do Sr.*
231 *Luiz Hermínio da Silva Filho. - Com base no art. 284, I, do Regimento Interno deste Tribunal, o valor de R\$*
232 *1.000,00 (hum mil reais), em razão do atraso no envio das prestações de contas do 1º e 2º quadrimestres.*
233 *Após o recolhimento da multa acima disposta, deve ser expedido ao Sr. Luiz Hermínio da Silva Filho, o*
234 *competente Alvará de Quitação. Sob a responsabilidade do Sr. Alfonço Luiz Batista. - Com base no art. 284, I,*
235 *do Regimento Interno deste Tribunal, o valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), em razão do atraso no*
236 *envio das prestações de contas do 3º quadrimestres e não remessa do balancete do 3º quadrimestre*”. **Em**
237 **votação:** o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro Antonio José e o
238 Conselheiro Sérgio Leão acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou
239 o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
240 **unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, da prestação de contas do Fundo Municipal
241 de Saúde de Concórdia do Pará, exercício de 2005, de responsabilidade do Sr. Luiz Hermínio da Silva



Filho e pela não aprovação das contas de responsabilidade do Sr. Alfonço Luiz Batista, cópia dos autos ao Ministério Público Estadual relativamente ao Ordenador Sr. Alfonço Luiz Batista para as providências cabíveis, caso não haja o recolhimento da conta "Agente Ordenador" no prazo legal. Deverão providenciar no prazo de 30 dias, os seguintes recolhimentos: - ao Erário Municipal sob a responsabilidade do Sr. Alfonço Luiz Batista da conta "Agente Ordenador" no montante de R\$ 6.577,07 (seis mil quinhentos e setenta e sete reais e sete centavos), devidamente corrigido; **por maioria:** E ao FUMREAP sob a responsabilidade do Sr. Luiz Hermínio da Silva Filho. - Com base no art. 284, I, do Regimento Interno deste Tribunal, o valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), em razão do atraso no envio das prestações de contas do 1º e 2º quadrimestres. Após o recolhimento da multa acima disposta, deve ser expedido ao Sr. Luiz Hermínio da Silva Filho, o competente Alvará de Quitação. Sob a responsabilidade do Sr. Alfonço Luiz Batista. - Com base no art. 284, I, do Regimento Interno deste Tribunal, o valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), em razão do atraso no envio das prestações de contas do 3º quadrimestres e não remessa do balancete do 3º quadrimestre. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. **Processo nº 492022007-00; Fundo Municipal de Saúde de Muaná; Prestação de Contas – Exercício 2007; Responsável: José Carlos Machado de Carvalho - Secretário; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda - Retirado de Pauta na Sessão Plenária do dia 15.04.2014 Publicado no DOE nº 32.632, de 30.04.2014.** Retirado de Pauta. **Processo nº 492212007-00; FUNDEB de Muaná; Prestação de Contas – Exercício 2007; Responsável: Raimundo Martins Cunha; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda - Retirado de Pauta na Sessão Plenária do dia 15.04.2014; Publicado no DOE nº 32.632, de 30.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** "*pela reprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Educação Básica de Muaná, exercício de 2007, de responsabilidade do Sr. Raimundo Martins Cunha, sem prejuízo de aplicação das seguintes multas: I – multa ao FUMREAP, - R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), pela remessa intempestiva da prestação de contas quadrimestrais. - R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), pelas contas irregulares em função de graves infrações à norma legal seguintes: despesas sem processos licitatórios, descumprimento do art. 60, XII do ADCT, não recolhimento das contribuições sociais ao Instituto de Previdência Municipal. - R\$ 3.000,00 (três mil reais), pelas seguintes impropriedades: lançamento de conta receita a comprovar, realização de despesas sem autorização e contribuições retidas dos servidores, e não repassadas ao INSS. Cópia dos autos deve ser encaminhado ao Ministério Público Estadual*". **Em votação:** o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro Sérgio Leão acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela reprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Educação Básica de Muaná, exercício de 2007, de responsabilidade do Sr. Raimundo Martins Cunha, cópia dos autos deve ser encaminhado ao Ministério Público Estadual; **por maioria:** sem prejuízo de aplicação das seguintes multas: I –



multa ao FUMREAP, - R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), pela remessa intempestiva da prestação de contas quadrimestrais. - R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), pelas contas irregulares em função de graves infrações à norma legal seguintes: despesas sem processos licitatórios, descumprimento do art. 60, XII do ADCT, não recolhimento das contribuições sociais ao Instituto de Previdência Municipal. - R\$ 3.000,00 (três mil reais), pelas seguintes impropriedades: lançamento de conta receita a comprovar, realização de despesas sem autorização e contribuições retidas dos servidores, e não repassadas ao INSS. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. **Processo nº 400042010-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Limoeiro do Ajuru;** Prestação de Contas – Exercício 2010; Responsável: Vitória Pinheiro Leal; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares **Publicado no DOE nº 32.632, de 30.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Limoeiro do Ajuru, exercício financeiro de 2010, de responsabilidade de Vitória Pinheiro Leal, impondo-se a ressalva face o não envio do parecer do Conselho Municipal de Assistência Social. Expeça-se o competente Alvara de Quitação pelas despesas ordenadas, no valor de R\$ - 903.952,16 (novecentos e três mil novecentos e cinquenta e dois reais e dezesseis centavos), onde se incluem R\$ - 47.380,21 (quarenta e sete mil trezentos e oitenta reais e vinte e um centavos) de saldo para o exercício seguinte, sendo R\$ - 3.857,72 (três mil oitocentos e cinquenta e sete reais e setenta e dois centavos) em caixa, R\$ 0,40 (quarenta centavos) em bancos, e R\$ - 43.522,09 (quarenta e três mil quinhentos e vinte e dois reais e nove centavos) em aplicação, condicionado ao recolhimento ao FUMREAP multa no seguinte valor: - R\$ 1.000,00 (hum mil reais) pelo não envio do parecer do conselho municipal de assistência social, a teor do que prescreve o art. 282, III, "a" do RI/TCM/Pa. **Processo nº 404112011-00; FUNDEB de Limoeiro do Ajuru;** Prestação de Contas – Exercício 2011; Responsável: Joelson do Socorro Pantoja Tavares; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares **Publicado no DOE nº 32.632, de 30.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB do Município de Limoeiro do Ajuru, exercício financeiro de 2011, de responsabilidade de Joelson do Socorro Pantoja Tavares, pelas irregularidades graves e danosas ao erário, descumprimento do art. 50, II, da LRF e a ausência de processos licitatórios, devendo o Ordenador recolher ao FUMREAP/TCM multa nos seguintes valores: - R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), pelo descumprimento do art. 50, II, da LRF e a conta Receita a Comprovar, com fulcro do art. 282-B, do RI/TCM/Pa; - R\$ 3.000,00 (três mil reais), pelo não envio do Parecer do Conselho de Controle Social do FUNDEB e de processos licitatórios digitalizados, nos



termos do Caput do art. 284, do RI/TCM/Pa; - R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) pelas despesas não licitadas no valor de R\$ 896.966,89 (oitocentos e noventa e seis mil, novecentos e sessenta e seis reais e oitenta e nove centavos), com base no art. 57 da LC nº 084/2012. Cópia dos autos devem ser encaminhadas ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 630062008-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Rio Maria;** Prestação de Contas – Exercício 2008; Responsável: Francisca Dulce Fernandes; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora - Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares. **Publicado no DOE nº 32.632, de 30.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, das contas do Fundo municipal de Assistência Social de Rio Maria, exercício financeiro de 2008, de responsabilidade de Francisca Dulce Fernandes, impondo-se a ressalva face o atraso na Remessa da Prestação de Contas do 1º e 2º quadrimestres. Expeça-se o competente Alvara de Quitação pelas despesas ordenadas, no valor de R\$ 515.218,77 (quinhentos e quinze mil duzentos e dezoito reais e setenta e sete centavos), onde se incluem R\$ 4.850,49 (quatro mil oitocentos e cinquenta reais e quarenta e nove centavos) de saldo, em bancos, para o exercício seguinte. **Processo nº 623972008-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Redenção do Pará;** Prestação de Contas – Exercício 2008; Responsável: Valdelice Luiza da Silva; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares **Publicado no DOE nº 32.632, de 30.04.2014.** Retirado de Pauta. **Processo nº 824202012-00; Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Soure;** Prestação de Contas – Exercício 2012; Responsável: Ivone Gaia Maués; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares **Publicado no DOE nº 32.632, de 30.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, das contas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Soure, exercício financeiro de 2012, de responsabilidade de Ivone Gaia Maués, impondo-se a ressalva a intempestividade na remessa da prestação de contas do 3º quadrimestre, devendo ser expedido o Alvará de Quitação. **Processo nº 560052011-00; Fundo Municipal De Saúde De Peixe-Boi ;** Prestação de Contas – Exercício 2011, Anuais de Gestão; Responsável: Maria do Socorro da Silva Cavalcante; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora - Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.632, de 30.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Peixe-Boi, exercício de 2011, de responsabilidade de Maria do Socorro da Silva Cavalcante, que deverá recolher ao



FUMREAP, no prazo de quinze (15) dias, multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), pela ausência de processo licitatório, na forma prevista no art. 120-A, II do RI/TCM. **Processo nº 1360042006-00; Fundo Municipal de Saúde de Floresta do Araguaia; Prestação de Contas - 2006; Responsável: Francisco Lucileno de Aquino - Secretário de Saúde; Instrução: Auditora Elaine Bastos e 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Auditor Convocado Sérgio Dantas, Redistribuído Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.632, de 30.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas com aplicação das multas cabíveis. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor convocado apresentou sua **proposta de Decisão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, com fulcro do Artº 232 do RITCM, condicionando a emissão do competente Alvará de Quitação ao Sr. Francisco Lucileno de Aquino, pelas despesas ordenadas R\$-2.512.456,49 (dois milhões, quinhentos e doze mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e quarenta e nove centavos), somente após o recolhimento da multa de R\$ - 5.000,00 (cinco mil reais), ao FUMREAP, com base no artº 284, IV do RITCM, face o atraso na remessa das contas superior a 90 (noventa) dias. **Processo nº 201111180-00; Prefeitura Municipal de Oriximiná; Prestação de Contas de 2009, Recurso de Reconsideração contra a decisão da Resolução 10.009, de 29.03.2011; Interessado: Luiz Gonzaga Viana Filho; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora - Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.632, de 30.04.2014.** Retirado de Pauta. **Processo nº 1232042006-00; Fundo Municipal de Educação de Santa Luzia do Pará; Prestação de Contas de 2006, Recurso de Reconsideração contra a decisão do Acórdão Nº 20.311 ; Responsável: Lourival Fernandes de Lima; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora - Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; Publicado no DOE nº 32.632, de 30.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e não provimento do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento do Recurso de Reconsideração em exame, para, no mérito, negar-lhe provimento ante a falta de elementos que possam modificar o Acórdão nº 20.311/2010, mantendo inalterada a decisão pela não aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Educação de Santa Luzia do Pará, exercício financeiro de 2006, sob a responsabilidade do Sr Lourival Fernandes de Lima, ex Ordenador, ora recorrente. **Processo nº 1283982005-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Ulianópolis; Prestação de Contas de 2005, Recurso de Reconsideração contra a decisão do Acórdão Nº 19.438 ; Responsável: Angela Maria Machado Moraes; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; Publicado no DOE nº 32.632, de 30.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e parcial provimento do recurso, para reformar a decisão recorrida, aprovando, com ressalva as contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Ulianópolis, exercício financeiro de 2005, de responsabilidade de Ângela Maria Machado Moraes. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**:



402 “pelo conhecimento e provimento total do Recurso de Reconsideração, no sentido de reformar a
403 decisão contida no Acórdão nº 19.438, desta feita pela aprovação da Prestação de Contas do Fundo
404 Municipal de Assistência Social de Ulianópolis, referente ao exercício financeiro de 2005, de
405 responsabilidade da Sra. Angela Maria Machado Moraes, ora Recorrente, em favor de quem deve ser
406 expedido o competente Alvará de Quitação no valor de R\$ 745.002,66 (setecentos e quarenta e
407 cinco mil, dois reais e sessenta e seis centavos), pelas despesas Ordenadas”. **Em votação:** o
408 Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Cezar Colares e o
409 Conselheiro Antonio José acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia
410 acompanhou o Relator pelo conhecimento do Recurso, porém divergiu votando pelo provimento
411 parcial do Recurso. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo
412 conhecimento, **por maioria:** e provimento total do Recurso de Reconsideração, no sentido de
413 reformar a decisão contida no Acórdão nº 19.438, desta feita pela aprovação da Prestação de
414 Contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Ulianópolis, referente ao exercício financeiro de
415 2005, de responsabilidade da Sra. Angela Maria Machado Moraes, ora Recorrente, em favor de quem
416 deve ser expedido o competente Alvará de Quitação no valor de R\$ 745.002,66 (setecentos e
417 quarenta e cinco mil, dois reais e sessenta e seis centavos), pelas despesas Ordenadas. Vencida a
418 Conselheira Mara Lúcia quanto o provimento parcial do Recurso. **Processo nº 201306036-00;**
419 **IPAMB/PMB;** Aposentadoria - Portaria Nº 0397/13, de 20/03/13; Interessado: Paulo Roberto de
420 Oliveira Alves; Ministério Público: Procuradora - Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro
421 Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
422 posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada
423 **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O
424 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201208354-00; Câmara**
425 **Municipal de Salinópolis;** Contratos Temporários de Pessoal - 2012; Interessado: José Luis Maia
426 Dias e Outros; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora: Auditora Márcia Costa
427 (Processo Redistribuído do Gabinete do Conselheiro Cezar Colares). Cumprindo dispositivo
428 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se **pelo**
429 **cadastro, com ressalva, do Ato.** A matéria foi colocada **em discussão.** A auditora convocada
430 apresentou sua **proposta de Decisão:** “”. **Em votação:** A Presidência proclamou a **Decisão:** O
431 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo **cadastro do Ato.** **Processo nº 201106935-00; Prefeitura**
432 **Municipal de Castanhal;** Lei Nº 014/11, de 28.04.11, que fixa o valor das Diárias do Prefeito,
433 Vice-Prefeito e Secretários; Interessado: Helio Leite da Silva; Ministério Público: Procuradora Maria
434 Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães, Retirado da Pauta do dia 25.03.14.
435 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
436 manifestou-se pelo cadastramento, com ressalva, do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** O
437 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
438 **unanimidade**, decidiu pelo cadastramento, com ressalvas, aos valores acima dispostos da Lei
439 Municipal nº 014/2011, que fixa o valor das diárias do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários, do
440 Município de Castanhal, a partir do conhecimento da presente decisão, os valores das diárias
441 deverão obedecer, como referência de razoabilidade, aquelas pagas aos Ministros do Supremo, com



a devida modulação de seus efeitos. Cópia da presente decisão deve ser encaminhada às Controladorias responsáveis pela análise das prestação de contas. **Processo nº 201317329-00; Prefeitura Municipal de Bagre; Lei Nº 087/2013, que estabelece Diárias ao Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais; Interessada: Cledson Farias Lobato Rodrigues; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão. Retirado de Pauta. Processo nº 201306885-00; Prefeitura Municipal de Cametá; Lei Nº 228/2013, que estabelece Diárias ao Prefeito, Vice-Prefeito e Servidores; Interessada: Edenil da Veiga Xavier; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão. Retirado de Pauta. Processo nº 201120393-00; Câmara Municipal De Bragança; Subsídio - Resoluções NºS 462 e 463/2011, de 15.12.11, que reajusta a Remuneração dos Servidores e dos Vereadores; Interessado: Pedro da Silva Neto; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães, retirado da Pauta do dia 25.03.14. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de cadastramento dos Atos. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "pelo cadastramento da Resolução nº 462, e pela negativa de cadastramento da Resolução nº 463/11, que dispõe sobre o subsídio dos Vereadores, faz-se necessário esclarecer que a mesma representa um reajuste ou aumento real – que difere da revisão geral anual de que trata o art. 37, X da JCF – reajustes como tais são vedados aos Agentes Políticos. Após os trâmites legais, encaminhe-se os autos à 5ª Controladoria, responsável pela análise do Município no biênio 2013/2014". Em votação: o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Cezar Colares e o Conselheiro Sérgio Leão acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia divergiu do Relator, votando pela negativa de cadastramento dos Atos. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento da Resolução nº 462, **por maioria**; e pela negativa de cadastramento da Resolução nº 463/11, que dispõe sobre o subsídio dos Vereadores, faz-se necessário esclarecer que a mesma representa um reajuste ou aumento real – que difere da revisão geral anual de que trata o art. 37, X da JCF – reajustes como tais são vedados aos Agentes Políticos. Após os trâmites legais, encaminhe-se os autos à 5ª Controladoria, responsável pela análise do Município no biênio 2013/2014. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a negativa de cadastramento da Resolução nº 462. Às onze horas e trinta e oito minutos o Conselheiro Cezar Colares assumiu a Presidência da Sessão. Em seguida, houve a inversão de pauta, com o julgamento do processo de nº 05: **Processo nº 600022010-00; Câmara Municipal de Prainha; Prestação de Contas – Exercício 2010; Responsável: José Hélio Miranda da Rocha; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha Relatora: Conselheira Mara Lúcia; Publicado no DOE nº 32.632, de 30.04.2014. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**: "pela não aprovação das contas prestadas pelo Vereador Presidente José Hélio Miranda da Rocha, Ordenador de despesa da Câmara Municipal de Prainha, no exercício financeiro de 2010, sem o prejuízo do recolhimento das seguintes multas: 1. - R\$ 500,00 (quinhentos reais), com base no art. 120-B, § 1º do RI/TCM, pela não apresentação dos Decretos de Abertura de Créditos Adicionais, que diante da existência de saldo orçamentário positivo, bem como, de acordo com fundamentação no art. 42, da Lei Federal nº 4.320/64, que atribui prerrogativa ao Chefe do Poder Executivo, pode ser relevada; 2. - R\$****



1.500,00 (mil e quinhentos reais) com base no art. 120-A, inciso II, do RI/TCM, quanto ao saldo financeiro em 31.12, ser insuficiente para cobrir o montante de compromissos inscritos em Restos Pagar, contrariando o art. 1º, § 1º, da LRF – 101/2000, representa descontrolado operacional; 3. - R\$ 4.824,50 (quatro mil, oitocentos e vinte e quatro reais e cinquenta centavos), no percentual de 15% (quinze por cento) dos seus vencimentos anuais, nos termos da Lei Federal nº. 10.028/2000, pela remessa extemporânea dos RGF's. Quanto ao descumprimento do estabelecido no art. 29-A, inciso I, da CF/88, uma vez que a despesa do Poder Legislativo atingiu o percentual de 7,27% (sete vírgula vinte e sete por cento), cujo valor excedente foi de R\$ - 32.365,60 (trinta e dois mil, trezentos e sessenta e cinco reais e sessenta centavos). Devendo ser imputada ao Ordenador de despesas multa de R\$ - 2.000,00 (dois mil reais), com base no art. 120-A, do Regimento Interno desta Corte, em vigor na época; Quanto às diárias, não procedem os argumentos da defesa, uma vez que o meio magnético apresentado, não contém o detalhamento com as especificações, quais sejam, motivação e quantitativo que justificassem os pagamentos aos Vereadores, cujos montantes nos três quadrimestres atingiram, respectivamente, R\$ - 7.400,00 (sete mil e quatrocentos reais), R\$ 16.600,00 (dezesesseis mil e seiscentos reais) e R\$ - 47.800,00 (quarenta e sete mil e oitocentos reais), conforme apresentado no sistema E-contas, devendo ser aplicada multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), com base no art. 120-A, do Regimento Interno desta Corte, vigente na época". Em votação: o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro Sérgio Leão acompanharam a Relatora, na íntegra. O Conselheiro Daniel Lavareda divergiu da Relatora votando pela aprovação, com ressalvas, das contas. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **por maioria**, decidiu pela não aprovação das contas prestadas pelo Vereador Presidente José Hélio Miranda da Rocha, Ordenador de despesa da Câmara Municipal de Prainha, no exercício financeiro de 2010, sem o prejuízo do recolhimento das seguintes multas: 1. - R\$ 500,00 (quinhentos reais), com base no art. 120-B, § 1º do RI/TCM, pela não apresentação dos Decretos de Abertura de Créditos Adicionais, que diante da existência de saldo orçamentário positivo, bem como, de acordo com fundamentação no art. 42, da Lei Federal nº 4.320/64, que atribui prerrogativa ao Chefe do Poder Executivo, pode ser relevada; 2. - R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) com base no art. 120-A, inciso II, do RI/TCM, quanto ao saldo financeiro em 31.12, ser insuficiente para cobrir o montante de compromissos inscritos em Restos Pagar, contrariando o art. 1º, § 1º, da LRF – 101/2000, representa descontrolado operacional; 3. - R\$ 4.824,50 (quatro mil, oitocentos e vinte e quatro reais e cinquenta centavos), no percentual de 15% (quinze por cento) dos seus vencimentos anuais, nos termos da Lei Federal nº. 10.028/2000, pela remessa extemporânea dos RGF's. Quanto ao descumprimento do estabelecido no art. 29-A, inciso I, da CF/88, uma vez que a despesa do Poder Legislativo atingiu o percentual de 7,27% (sete vírgula vinte e sete por cento), cujo valor excedente foi de R\$ - 32.365,60 (trinta e dois mil, trezentos e sessenta e cinco reais e sessenta centavos). Devendo ser imputada ao Ordenador de despesas multa de R\$ - 2.000,00 (dois mil reais), com base no art. 120-A, do Regimento Interno desta Corte, em vigor na época; Quanto às diárias, não procedem os argumentos da defesa, uma vez que o meio magnético apresentado, não contém o detalhamento com as especificações, quais sejam, motivação e quantitativo que justificassem os pagamentos aos Vereadores, cujos montantes nos três quadrimestres atingiram, respectivamente, R\$ - 7.400,00 (sete mil e quatrocentos reais), R\$ 16.600,00 (dezesesseis mil e seiscentos reais) e R\$ - 47.800,00 (quarenta e sete mil e oitocentos reais), conforme apresentado no sistema E-contas,



devendo ser aplicada multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), com base no art. 120-A, do Regimento Interno desta Corte, vigente na época. Vencido o Conselheiro Daniel Lavareda, quanto a aprovação com ressalva, das contas. **Processo nº 223992008-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Capanema;** Prestação de Contas – Exercício 2008; Responsável: Palmira Farias Tavares; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 32.632, de 30.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, as contas prestadas por Palmira Farias Tavares, Ordenadora de despesa do Fundo Municipal de Assistência Social de Capanema, exercício de 2008, a quem deve ser emitido o competente Alvará de Quitação no valor de R\$ - 2.896.967,51 (dois milhões, oitocentos e noventa e seis mil, novecentos e sessenta e sete reais e cinquenta e um centavos). **Processo nº 1033982008-00; Fundo Municipal de Saúde de São João de Pirabas;** Prestação de Contas – Exercício 2008; Responsável: Maria das Graças Ferreira Pontes e Souza (01.01 a 31/03 e 01/11 a 31/12/2008) e Antônio Ronaldo Fernandes Costa (01/04 a 31/10/2008); Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora - Geral Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 32.632, de 30.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação, das contas prestadas por Maria das Graças Ferreira de Pontes e Souza e Antônio Ronaldo Fernandes Costa, Ordenadores de despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João de Pirabas, exercício de 2008. Cópia dos autos deve ser encaminhada ao Ministério Público Estadual.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA. DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA a presente Sessão, às doze horas e quinze minutos da qual foi lavrada a presente Ata.

Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em seis de maio de dois mil e quatorze.

Visto:

Robson Figueiredo do Carmo

Secretário Geral

Conselheira Vice Presidente **Mara Lúcia**
Presidente da Sessão

Conselheiro Corregedor **Cezar Colares**
Presidente da Sessão